cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
**Editor:** José Carlos Vieira
*josecarlos.df@dabr.com.br*

Correio Braziliense
Brasília, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2025

Arquivo pessoal

Eunice Paiva e Rubens Paiva

# AS DIVERSAS MORTES DE RUBENS PAIVA

» NAHIMA MACIEL

Alguns amigos ficaram surpresos quando Juliana dal Piva revelou que publicaria um livro sobre Rubens Paiva. No embalo de *Ainda estou aqui*, a história do deputado sequestrado por militares e morto durante tortura em 1971, um dos períodos mais violentos da ditadura, causou alvoroço, mas Juliana se debruça sobre este caso há mais de uma década. *Crime sem castigo — Como os militares mataram Rubens Paiva* é o resultado de uma pesquisa que não acaba nunca e que depende tanto de instituições quanto de esforços pessoais.

Foi na faculdade que Juliana começou a se interessar pelos desaparecimentos nos tempos da ditadura. Ao fazer um intercâmbio na Argentina, em 2008, a então estudante teve diversos contatos com histórias de desaparecidos sequestrados pelo regime no país vizinho. "Os argentinos são, nesse aspecto, um grande exemplo para o mundo. Voltei de lá com América Latina na cabeça, respirando muita coisa da América Latina e desse tema de justiça de transição", explica a repórter, ao lembrar que os argentinos não hesitaram em julgar os responsáveis pelas mortes e torturas.

Ao se formar, em 2009, Juliana passou a se especializar em cobertura de temas relacionados a direitos humanos, área na qual permaneceu nos últimos 15 anos. "O Brasil julga a lei de anistia em 2010 e é condenado no caso do Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Comecei, então, a estudar, por conta própria, vários livros, biografias, tudo que achei sobre o tema, dossiês da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Na medida em que fui lendo, foram sugerindo matérias", conta.

O caso de Rubens Paiva surgiu para a repórter em 2012, durante a cobertura dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada, entre outras coisas, para esclarecer a situação dos desaparecimentos no Brasil do regime militar. Junto com o também repórter Chico Otávio, Juliana produzia uma série de reportagens sobre a Casa da Morte, centro clandestino em Petrópolis montado pelos militares para sessões de tortura e assassinatos. Na época, a repórter foi procurada por Paulo Malhães, então coronel da reserva e integrante do Centro de Informações do Exército no período em que a Casa da Morte esteve em pleno funcionamento. "Era um dos principais responsáveis pela estrutura da tortura. Ele disse que tinha informações do Rubens Paiva, mas não quis elaborar. Depois, ele dá entrevistas em off admitindo, para mim, que tinha feito parte da ocultação de cadáver", conta a repórter.

**EM LIVRO QUE RESULTA DE PESQUISA FEITA NOS ÚLTIMOS 15 ANOS, JULIANA DAL PIVA DETALHA AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ASSASSINATO DE RUBENS PAIVA E DA BUSCA PELOS RESPONSÁVEIS E PELO CORPO DO EX-DEPUTADO**

Era um passo de uma investigação que não começava ali e que contava, sobretudo, com anos de resiliência da família do ex-deputado, cassado em 1964 e levado de casa na frente da mulher e dos filhos em 20 de janeiro de 1971. A busca por Rubens Paiva começou assim que Eunice Paiva, sua mulher, retornou para casa após também ser presa e passar 12 dias sob o jugo dos militares no Doi-Codi do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, teve apoio de amigos, familiares e alguns agentes da imprensa, como os repórteres Fritz Utzeri e Heraldo Dias, que investigaram e publicaram no Jornal do Brasil séries de matérias sobre o paradeiro de Rubens Paiva.

A criação da CNV, acompanhada do Grupo Justiça de Transição, do Ministério Público Federal (MPF), permitiu um avanço significativo na investigação sobre as circunstâncias da morte de Rubens Paiva.

Em 2014, 43 anos depois do desaparecimento, um juiz federal do Janeiro aceitou a denúncia do MPF que indicava cinco responsáveis pelo assassinato. Foi a primeira vez, no Brasil, que militares se tornaram réus em um processo criminal de homicídio ocorrido durante tortura nos porões da ditadura.

É essa a história contada em detalhes por Juliana em *Crime sem castigo*, no qual reúne documentos inéditos, depoimentos e o relato como repórter que acompanhou minuciosamente todos os passos do caso. Após a defesa dos réus recorrer ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no qual corria o processo, o juiz decidiu que a lei de anistia não se aplicava ao caso, que configurava, além de homicídio, ocultação de cadáver e associação criminosa. O processo foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF) e o então ministro Teori Zavascki optou por reconhecer a constitucionalidade da Lei de Anistia, utilizda pela defesa como barreira para o julgamento. O processo foi suspenso.

Mesmo assim, houve audiência com três dos cinco réus e o caso foi considerado concluso, mas aguarda julgamento de Alexandre de Moraes. "Eles nunca foram punidos, julgados, mas algum dia tiveram que sentar no banco dos réus para uma audiência, já como réus da morte do Rubens", diz Juliana, que acompanhou a audiência em 2015. Hoje, três dos acusados estão mortos. "O Supremo precisa julgar o caso do Rubens. Espero que todo esse trabalho, que agora é novamente discutido em função do filme Ainda estou aqui, permita que todas as iniciativas andem, porque a gente passou muitos anos sem ter um espaço adequado." Ontem, o STF formou maioria de votos para analisar se a aplicação da Lei de Anistia ao crime de ocultação de cadáver é constitucional. Se decidir por esse entendimento, que entende a ocultação de cadáver como crime cometido constantemente e, portanto, sem prescrição, o tribunal abre uma janela para julgar os responsáveis pelo desaparecimentos durante a ditadura de pessoas cujos corpos nunca foram localizados, como Rubens Paiva.

**CRIME SEM CASTIGO — COMO OS MILITARES MATARAM RUBENS PAIVA**
De Juliana dal Piva. Matriz, 208 páginas. R$ 58

## ENTREVISTA // JULIANA DAL PIVA

**São 15 anos de cobertura do caso Rubens Paiva em um Brasil que viveu a redemocratização, eleições, a chegada da extrema-direita, um presidente operário, outro que defendia a ditadura e uma tentativa de golpe. Quais os maiores desafios dessa cobertura?**

Não há neutralidade nem imparcialidade possível numa cobertura que envolve um assassinato bárbaro. Os militares mataram o Rubens Paiva de diversas maneiras, além de tirar a dignidade dele, ocultar o corpo, não entregar à família, retirá-lo à força de dentro de casa, na frente da mulher e filhos, como se nada tivesse acontecido.

**E como surge o livro?**

No mestrado, vou recuperar tudo desde 1971, todas as iniciativas de investigação, que são da Eunice Paiva, na maioria, mas também de jornalistas, como Fritz Utzeri e Heraldo Dias no Jornal do Brasil. Em 2014, vem o esclarecimento do crime, quem matou, em que circunstâncias. É onde me somo, junto com Chico (Otávio) e o trabalho da CNV e do MPF. Eunice, nessa época, já estava muito doente para compreender o que estava acontecendo na integralidade. O livro é uma adaptação da minha dissertação de mestrado e do que consegui apurar como repórter. Como repórter, senti necessidade imensa de olhar para a história inteira desde 1971 e pensar nas dificuldades que surgiram desde a ditadura, a violência para esconder o corpo, o estado ausente, um agente que faz com que tudo permaneça dessa maneira.

**Como é olhar para toda essa história num momento em que também se descobre uma tentativa de golpe de Estado, em pleno século 21, 60 anos depois de 1964, quando se discute novamente a anistia para os que tentaram o golpe?**

Não se constrói uma democracia e justiça com base no esquecimento, então o modo como a Lei de Anistia é tratada, como cheque em branco dos crimes que a gente nem sabe quais são, permite um silenciamento desse período e promove o esquecimento. A consequência é a falta de uma reflexão crítica da sociedade sobre o que significa termos, até hoje, quase 500 pessoas entre mortos e desaparecidos sem que seja uma questão de Estado. Bolsonaro extinguiu a Comissão de Desaparecidos e Mortos Políticos, que existia por lei, ele nem poderia. E não é como se o Lula tivesse recriado a comissão com urgência, levou um ano e meio e muita pressão para que isso fosse feito. Essa questão é sempre colocada de lado, como se fosse só uma questão dos familiares, e não é. É uma questão da sociedade brasileira. E não esclarecer é não olhar para a estrutura. A formação dos militares é a mesma, é um clube militar que ainda faz textinho em celebração à revolução de 1964, a formação da polícia. Várias coisas da ditadura permanecem. E aí não é difícil entender por que tanta gente não conhece, não estudou histórias como a do Rubens Paiva e do Vladimir Herzog.

**Por que escolheu o caso do Rubens Paiva?**

Porque era o primeiro caso aberto por homicídio na Justiça Federal. E por ele não fazer parte de nenhuma organização de oposição à ditadura ou luta armada: é preso em casa com testemunhas, e a ditadura forja documentação, inventa que ele fugiu. Documentação que vai iluminar a investigação de quem estava no Doi-Codi naquela noite. Na maior parte dos desaparecidos, não tem essa documentação, eram sequestrados na rua, nos pontos de encontro. O caso do Rubens permitia uma análise de documentação, permitia reconstituir o quebra-cabeças de como aconteceu o caso.

**Mas existe uma parte do Brasil que defende a opção da ditadura como a melhor...**

Tenho sérias dúvidas sobre isso. Bolsonaro teve 58 milhões de votos e Lula, 60 milhões. Cinquenta e oito milhões é um quarto da população brasileira e não acho que todos são adoradores e seguem o Bolsonaro, não importa o que ele diga ou pense. Mas é uma parcela significativa. Existe um problema muito grave, e não só no Brasil, que é o uso da mentira como arma política potencializada pelas empresas de tecnologia que se recusam a assumir seu papel dentro disso. A questão da regulação das redes é um problema mundial, não só do Brasil, que está em um contexto muito grave. E que não é de hoje que a gente precisa enfrentar. A mentira precisa ser enfrentada criminalmente, não tem mais como fugir de enfrentar as consequências disso. E tem diferença entre errar e mentir. Existe uma intenção na mentira e isso precisa ser cobrado, porque existem consequências. Tem a responsabilidade das empresas de tecnologia, a responsabilidade do congresso em fazer uma legislação. O único jeito de enfrentar começa por regular as empresas de tecnologia, reforçar o expediente de educação midiática. As pessoas também precisam refletir sobre como estão usando as redes, as fontes de informação. A democracia é construída todos os dias, ou destruída. Ser um país mais democrático depende de todos os brasileiros.

Custódio Coimbra

Divulgação

### » *Ainda estou aqui* vence Gold Derby Awards

*Ainda estou aqui* venceu quatro prêmios do Gold Derby Film Awards 2025. O filme dirigido por Walter Salles ganhou nas categorias Melhor filme, Melhor filme internacional, Melhor atriz (Fernanda Torres) e Melhor roteiro adaptado. O resultado teve a participação de mais de 10 mil admiradores do cinema. O Gold Derby Film Awards é um site dos Estados Unidos que faz previsões sobre os principais prêmios de cinema.